

“Nova visão do índio hollywoodiano”:

O uso de fontes impressas em uma perspectiva decolonial no ensino de história

Álvaro Ribeiro Regiani¹

RESUMO: O presente ensaio pretende discutir os usos das fontes impressas no ensino de história voltada à uma perspectiva decolonial. Os debates em torno da interculturalidade crítica com foco nos conceitos de colonialidade do “ser”, do “saber”, do “poder” e do “gênero” precipitaram um conjunto de críticas aos fundamentos epistemológicos de representações sobre os povos indígenas. Desse modo, objetiva-se analisar o artigo do jornalista estadunidense Paul Valentine, “Nova visão do índio hollywoodiano - outro mito?” (1991) que abordou a questão indígena por meio da oposição ao estereótipo do “índio sustentável”.

Palavras-chave: Ensino de história; História Indígena; Decolonialidade.

Introdução

Pretende-se neste ensaio problematizar a continuidade do racismo contra os povos indígenas que constitui-se como um dos elementos aglutinadores e promotores do sistema-mundo contemporâneo. A instrumentalização do mesmo ocorre por meio da publicação e divulgação de narrativas que servem para subalternizar indivíduos e povos através do signo da diferença e, assim, manter desigualdades políticas, sociais e econômicas. No Brasil contemporâneo, ainda está presente no imaginário social a universalização do racionalismo que transformou os valores da cultura europeia como o único padrão de referência para a representação de outras culturas conforme encontrado em artigos da imprensa escrita alinhada ao conservadorismo, exemplificado na análise do artigo do jornalista estadunidense Paul Valentine, “Nova visão do índio hollywoodiano - outro mito?” (1991), traduzido pelo jornal O Estado de São Paulo da publicação “*Hollywood’s Noble Indians are we dancing with myths?*” do The Washington Post.

Por conta desse olhar enviesado sobre os povos indígenas, cristalizou-se classificações sobre indivíduos e culturas por meio de referências temporais e espaciais. Somado a esta dilemática, a ausência de um campo mais amplo e consolidado sobre os povos indígenas que vivem e resistem no norte-global contribuem para a utilização de fontes jornalísticas duvidosas no ensino de história. Dada a urgência em que caminha as discussões sobre os

¹ Doutor em História. Professor de História das Américas na Universidade Estadual de Goiás - Campus Nordeste. Email: alvaro.regiani@ueg.br

povos indígenas, buscar novos diálogos críticos permite ir ao encontro de processos de aprendizagem intercultural para superar o racismo.

O assimilacionismo na “Nova visão do índio hollywoodiano”

Em 08 de junho de 1991, foi publicado no jornal O Estado de São Paulo, o artigo “Nova visão do índio hollywoodiano - outro mito?” do jornalista norte-americano Paul Valentine. Em resposta a “aclamação” do filme “Dança com Lobos” (1990), quando, segundo o autor, “finalmente expelimos do nosso imaginário o índio hollywoodiano tradicional” do “selvagem indolente que não sabe controlar sua bebedeira” por uma:

que é dotado de uma reverência singular pela terra e seus ecossistemas; que a conduta social, sustentada por uma antiga sabedoria, é universalmente orientada por instintos humanos e igualitários e que é portador de um direito ancestral inalienável sobre cada palmo do território americano (VALENTINE, 1991, p. 4).

A nova representação do indígena feita pelo roteirista de “Dança com lobos” e escritor do livro homônimo Michael Blake, atraiu a atenção do público e da crítica internacional para uma abordagem ecológica. O que certamente irritou certos grupos de interesse. Segundo Paul Valentine após “meses de aclamação coroados pelos Oscars deste ano”, a narrativa e as figurações do filme foram um “purgante psicológico” que caracterizaram os “nativos americanos num todo monolítico” em uma “espécie de caricatura romantizada” decorrente dos “sofrimentos” que “infligiram os euro-americanos nos últimos 500 anos” (VALENTINE, 1991, p. 4).

Ainda na argumentação do jornalista, mesmo antes do filme ser concebido “os índios fruíram um renascimento em termos de orgulho cultural” obtido pelo apoio de “brancos ativistas, atores, políticos, ambientalistas e defensores da volta à natureza” por conta da “nossa urgência movida pela culpa de acolher novas imagens”. A politização feita por Paul Valentine sobre as questões indígena e ecológica tinha o intuito de transformar lutas históricas por direitos em uma disputa por narrativas históricas. Assim, o autor determinava que a contraposição ao ‘sofrimento’ dos povos indígenas pela ‘culpa’ da “América branca” deveria ser outra: “A entrada dos europeus nesse cenário há 500 anos foi, num sentido histórico, simplesmente uma elaboração, uma extensão, daquilo que vinha ocorrendo desde milênios antes dessa chegada acompanhada de expropriação, guerra e imperialismo” (VALENTINE, 1991, p. 4).

Desse modo, o jornalista tornava branda a invasão da América, ou seja, ocultava os conflitos e negava outros fatores históricos para condicionar tudo à uma única causa natural: expansão humana. Nos usos históricos que Paul Valentine fez, as causas históricas deveriam ser interpretadas pelas diferenças culturais, pois “tribo após tribo, todos culturalmente distintas, falando línguas diferentes, adorando deuses diversos, deixaram suas impressões sobre a terra”. Mas, concluía dando um valor etnocêntrico para pontuar os limites dessas diferenças: “A única diferença é que alguns dos últimos tribais tinham a pele branca (VALENTINE, 1991, p 5).

Paul Valentine induzia seus leitores a uma opinião de que o que ocorreu no passado colonial não deveria repercutir no tempo presente. Contudo, este argumento só valia para as ações dos colonos europeus, pois, o mesmo argumento não foi utilizado quando ele narrava os conflitos entre os povos indígenas. O jornalista utilizou ações e eventos sobre as caças, as guerras e as relações assimétricas de gênero para justificar a existência de uma moralidade comum à indígenas e euro-americanos: “Mas a história nos ensina que os índios, como todos os grupos na face da Terra, são um aglomerado misto com enorme e variada capacidade para o bem e para o mal” (VALENTINE, 1991, p. 4). Sem considerá-los como sujeitos históricos, Valentine utilizou como referência as narrativas sobre os conflitos europeus para qualificar e enquadrar os povos indígenas. Desse modo, seguiu um padrão de referência moral para descrever que os:

Tahltans do oeste canadense, que guerreavam constantemente com seus vizinhos, matavam os prisioneiros homens e escravizavam as mulheres”. Assim como “muitos Choctaws, Creeks e Cherokees, no sudeste dos Estado Unidos, chegavam a ter escravos africanos no século XIX, exatamente como seus vizinhos brancos (VALENTINE, 1991, p. 4).

Além de supervalorizar esta condição belicosa, Paul Valentine reproduziu uma suposta opressão sofrida pelos americanos por ecologistas por acreditar que alguns indígenas também estavam poluindo o mundo:

Os índios agricultores da Nova Inglaterra faziam a limpa da terra usando a técnica da derrubada e queimada, enquanto a maioria nômade de coletores e caçadores mudava de um lugar para outro em busca de alimento. Embora essa poluição, comparada à poluição industrial da América no final do século XX, tenha sido modesta, ela não deixou de ter seu peso (VALENTINE, 1991, p. 4).

A crítica sem quaisquer estudos científicos transparecia uma ignorância por convicção. Mas, o fictício nivelamento entre os usos dos recursos naturais por indígenas e não-indígenas

tinha o intuito de definir que a poluição causada pelos Estados Unidos já estava em curso séculos antes. Contudo, tal assertiva não poderia ser mais falaciosa, pois:

O efeito estufa provocado pelo homem é causado principalmente pela emissão de CO², clorofluorcarbonetos (CFCs), halogênios, metano, óxidos de nitrogênio e hidrocarbonetos. Além de destabilizar o clima, os CFCs e os halogênios também destroem a camada de ozônio, manto protetor que cerca a Terra e filtra a radiação ultravioleta do sol. A maior parte da proteção de CFCs também aconteceu no mundo industrializado. Em 1991, a África usou apenas 12.000 toneladas, contra 90.000 toneladas nos EUA (SHIVA, 2000, p. 168).

Ao comparar e simplificar os efeitos da ação humana na era pré-industrial e na era industrial, Paul Valentine estabeleceu uma falsa correlação com a ecologia. Entendendo-a, como uma relação entre organismos e o ambiente que separava o homem (no masculino e no singular) da natureza e definia um sentido para a humanidade, habitar todas as partes do planeta, domesticando e poluindo a natureza por meio da técnica. Sobre este ponto, o historiador Vine Deloria Jr, observa que discursos como o de Paul Valentine podem ser enquadrados entre os “teóricos da extinção”:

Algumas pessoas ficam ofendidas com o pensamento de que muitas pessoas acreditam que os índios eram mais preocupados e atenciosos ecologistas do que os usuários industriais modernos. Defendendo a teoria da extinção é uma boa maneira de apoiar a contínua espoliação do meio ambiente, sugerindo que em nenhum momento os seres humanos foram cuidadosos com as terras sobre que viviam (DELORIA, 1997, p. 105).

Há no artigo de Paul Valentine um claro exemplo de como algumas afirmações sem referências conduzem para uma naturalização dos conflitos pelas diferenças culturais e do encobrimento dos conflitos ecológicos, econômicos, jurídicos e políticos. A negação das contradições sociais pela ausência de distinções entre economias não-predatórias e economias capitalistas, por exemplo, explicam a posição político-ideológica, tanto dos jornais quanto de seu artigo. Mas, o cerne da questão está na fundamentação teórica do autor.

Há poucas referências bibliográficas encontradas no artigo de Paul Valentine, dentre elas encontra-se a de Elizabeth Baity. Conforme citado no artigo, o fogo causado pelos Arapaho no Colorado, “por muitos anos seguidos os animais não conseguiram encontrar alimento nessa áreas queimadas, e a fome seria a etapa final do processo de destruição” (VALENTINE, 1991, p. 4). Entretanto, “A América antes de Colombo”, de Baity, é um livro infantil publicado em 1951 (Cf. BAITY, 1951). Embora não haja nenhum problema em diversificar a fundamentação teórica, só é necessário observar a pertinência de uma obra para

uma discussão científica no jornalismo. Pois, sem explicar a tipologia do seu referencial teórico, o argumento, como de Valentine, cai em descrédito.

Um ensino posicionado

A discussão sobre a ecologia e a economia sustentável ganhou a pauta na década de 90 e colocou um conjunto de autores indigenistas ao lado de defensores da natureza. Foi para rebater esses intelectuais que Paul Valentine dirigiu suas palavras. Contudo, na tradução feita pelo Estadão foram suprimidos os nomes dos intelectuais que Valentine criticou, mas na versão original são citados Alvin M. Josephy Jr., John Collier e Vine Deloria Jr.. Segundo Valentine, eles defendiam o “sagrado apego à terra e uma reverência pela natureza que é incompreensível para a maioria dos brancos” (VALENTINE, 1991a, p. 1, *nossa tradução*).

Além dos nomes, também ficou de fora da tradução brasileira, passagens importantes como “muitas sociedades indígenas eram altamente estratificadas e governadas por anciões tribais autoritários. Seguida por um exemplo, “a grande Confederação Iroquois adotou algumas instituições democráticas para determinar os direitos individuais e tribais entre seus membros. Mas a violência intertribal, o desprezo mútuo e a dominação social prevaleceram em grande parte da terra”. Assim, concluía o autor “mesmo que muitas tribos tenham conquistado suas terras pela força bruta ou traição, o uso das mesmas táticas pelos europeus é de alguma forma visto como muito mais hediondo” (VALENTINE, 1991a, p. 1, *nossa tradução*).

Ocultamentos como este, podem revelar como são elaborados significados nas narrativas, principalmente, na circulação de ideias. Na década de 90, ainda era presente no imaginário brasileiro, a ilusão de sociedades indígenas pacíficas e, apesar de contraditório, a inexistência de conflitos “apaziguados” pela colonização. As interpretações de Paul Valentine poderiam ir contra um conjunto de idealizações e práticas tutelares que recaem sobre os povos indígenas, mas ia ao encontro da chamada “pacificação” indígena pela colonização. Entretanto, se a auto-censura do Estadão foi de natureza ideológica ou para enquadrar o texto no formato do jornal, o motivo ainda permanece entre os editores do suplemento Cultura.

Apesar da supressão de frases na tradução brasileira, o conteúdo ideológico permaneceu. A destituição das organizações políticas indígenas distintas da Europa-cristã e o encobrimento de contradições político-sociais-econômicas para definir a existência do único conflito existente, o cultural. Em certo sentido, o assimilacionismo que estrutura o viés de Paul Valentine em sua compreensão dos povos indígenas, era próximo a discursividades que,

séculos antes, idealizaram a imagem dos gentios e do bom selvagem para solidificar práticas e representações de subalternização.

Contemporaneamente, essas estratégias discursivas avolumaram-se, o que faz antigas representações tornarem-se atuais, mas em novas roupagens. A confluência da determinação das diferenças como princípio dos conflitos e da interpretação moral da história estruturou a ideia que grupos mais fortes dominam e assimilam grupos mais fracos. Conforme foi escrito, “a verdade é que, se havia tribos livres, abertas, pacíficas e humanitárias, não faltaram aquelas que se caracterizassem pelo totalitarismo, agressividade e brutalidade extrema” e, continuava, “algumas praticavam o escravagismo, a tortura, o sacrifício humano e o canibalismo, além de impor ditaduras sociais” (VALENTINE, 1991, p. 4).

Ao empregar características políticas como ‘totalitarismo’ e ‘ditaduras sociais’, Paul Valentine não só quis aproximar anacronicamente os povos indígenas, mas situá-los lado a lado com as principais catástrofes humanitárias do século XX. O que dava a entender para o leitor que o totalitarismo seria advindo da barbárie e não um mal advindo de uma sociedade massificada e capitalista em um contexto histórico bem específico. Outra linha interpretativa poderia ser a suposta superação do estado de guerra natural pela civilização ocidental enquanto os ameríndios continuavam a praticá-la.

Por um lado, o projeto moderno procurou regionalizar as capacidades dialógicas de diferentes culturas para “provar” uma única transcendência histórica, a sua própria, mas esta não escapou aos limites do próprio regionalismo ou, conceitualmente, do etnocentrismo. Mesmo assim, o universalismo ocidental se mostra economicamente resiliente e ainda mantém estruturas metafísicas centradas no “sujeito”, no “desenvolvimento” e na “utopia”. Nessas assertivas os povos indígenas norte-americanos são descritos com pouca complexidade do ponto de vista histórico e antropológico. Os motivos para um determinado hábito ou ação são reduzidos a repetição da tradição ou apenas como manifestações naturais.

De forma clara, a contraposição conservadora ao comunalismo e à imagem de indígenas ecológicos servia muito mais como um artifício retórico do que uma abstração concreta, sendo instrumentalizado para afirmar valores eurocristãos tradicionais e seu modo de consumista-liberal. Entretanto, nem o discurso do “índio sustentável” de liberais-progressivas e muito menos a visão conservadora do “índio” servem como guias seguros para a compreensão do modo de ser, saber, viver e (r)existir de povos indígenas.

A importância de questionar essa representação, pode ser demonstrada em dois níveis, um teórico e relativo ao ensino de história, e o outro prático na forma político-econômica. No ensino a persistência da metafísica ocidental ocorre pela manutenção da estruturação do

tempo, ancorado no quadripartite francês que divide a História em história antiga; história medieval; história moderna; história contemporânea. Nessas quatro temporalidades, o tempo e a ação humana são percebidas em um centro, a Europa (ou a sua filial, os Estados Unidos). As consequências dessa forma de ensinar também são percebidas no nível prático, a “branquitude”, a “cristandade” e a “masculinidade” se somam a centralidade dada ao tempo ocidental para a perpetuação de uma matriz que orienta a vida para a economia.

Nos últimos anos, no Brasil e nos Estados Unidos, a estruturação do tempo ocidental, a branquitude, a cristandade e a masculinidade tornaram-se bandeiras para (re)afirmar privilégios políticos e econômicos contra direitos fundamentais de minorias sociais. Apesar dos danos causados, o recuo da extrema-direita nesses países ocorreu pelo fortalecimento de instituições mantenedoras dos direitos e pela ação política civil. Porém, a continuidade no domínio público do bolsonarismo e do trumpismo, bem como com o fortalecimento dos partidos e de partidários de extrema-direita, projetam uma crise insistente e permanente.

O que essa instabilidade política demonstra é a dificuldade de compreensão sobre o que são os direitos políticos, civis, sociais, coletivos e individuais ou, no pior dos casos, a impossibilidade de aceitar o alargamento dos direitos às minorias sem se constituir como uma afronta moral a cronologia europeia, a branquitude, a cristandade e a masculinidade. Mas, se essa crise é insistente e permanente, há a possibilidade de uma nova orientação histórica por meio de um ensino voltado para a conscientização através da metacognição histórica e da decolonialidade.

Como exposto acima, a modernidade estrutura uma matriz de produção e reprodução de narrativas historiográficas fundadas em um universalismo da ação humana, como se todas as culturas se comportassem da mesma forma. Por isso, procura-se antagonizar essa matriz por meio de reflexões sobre a territorialidade e o tempo, sem cair nas armadilhas do progresso ou do desenvolvimento, bem como do sentido utilitário ou mítico atribuído à terra e aos povos indígenas. Nesse sentido, ao refletir de modo propositivo o ensino de história a partir da epistemologia decolonial centrada nos percursos abertos pela interculturalidade crítica, objetiva criar elementos discursivos para um ensino de história posicionado, voltado à consciência histórica e política. De modo claro, propõe-se para a existência de um ensino crítico é necessário contrapor o projeto moderno e, particularmente, o neoliberal. Assim, espera-se escapar da filosofia antropocêntrica que gera o antropoceno e ir ao biocêntrico (ESCOBAR, 2016, p. 131).

Considerações finais

O véu de suspeita lançado por artigos de viés conservador como o de Paul Valentine contra a ecologia e a ‘reverência singular pela terra e seus ecossistemas’, somam-se a um conjunto de narrativas tendenciosas que servem a grupos de interesse. Os efeitos deste artigo de opinião são visíveis, a continuidade do assimilacionismo e da má consciência. A publicação desses discursos no Brasil ainda produz outros efeitos como práticas e representações preconceituosas. Em sentido específico, nas mídias impressas brasileiras é reforçado a imagem de país sem guerras civis, cuja mestiçagem de povos levou a construção de uma civilização ímpar e que seus hábitos, modos e costumes são indiferenciáveis das matrizes indígena, portuguesa e africana. Esse imaginário, construído como um oposto à sociedade norte-americana, além da naturalização das contradições, em alguns discursos jornalísticos, há assertivas que defendem que com a mestiçagem haveria o fim do racismo.

Ao se posicionar junto às considerações de Lélia Gonzalez, problematiza-se o senso comum brasileiro sobre a distinção entre o racismo “aberto” e o “disfarçado” como estratégias para a internalização da suposta superioridade da colonização ibérica. No racismo de tipo anglo-saxão, a miscigenação era algo impensável, por isso a segregação foi juridicamente aceita. Já no racismo disfarçado e de origem latina, se permitia a assimilação (GONZALES, 1988, p. 72). Desse modo, o mito da democracia racial fica presente por associação com outras reportagens que narravam a “brandura” nas relações sociais tanto no passado colonial quanto na contemporaneidade.

Nos discursos liberais-progressistas do “índio sustentável”, apresenta-se uma destituição das particularidades de povos por meio da “biologização” de suas culturas, pelo qual os saberes advindos das cosmovisões e das variadas formas de ser e de agir no mundo são explicadas como imanentes. Em contrapartida, nos discursos conservadores as “críticas” à representação do “índio sustentável” anseiam desmistificar supostos “privilégios” naturais para estabelecer uma narrativa entre vencedores e vencidos. Mas, em ambas discursividades os padrões de referências são os mesmos, os ocidentais.

Neste sentido, o discurso assimilacionista pressupõe a existência de diferenças entre etnias, mas não promove sua inter-relação, apenas a distinção ou a incorporação violenta ou passiva. Assim, a sustentação sobre conflitos inerentes às diferenças culturais situa discursos que mantêm práticas racistas. Por isso, na utilização de textos jornalísticos no ensino de história, deve-se considerar que as narrativas sobre os povos ameríndios, seja no norte ou sul global, contém uma discursividade enviesada pelo assimilacionismo, como exemplificado na análise do artigo de Paul Valentine.

Com raríssimas exceções, a mídia impressa brasileira abre o seu espaço para reportagens sobre os indígenas da América do Norte, mas, infelizmente, matérias como a de Paul Valentine são veiculadas por jornais para difundir a ideia que a racialização advinda da colonização anglo-saxã foi mais severa que a ibérica pela ausência da “integração”. Na década de 1990, o poder dessas narrativas produziram a repetição dos enredos eurocristãos para, novamente, classificar povos indígenas como inferiores, mas agora como ecologistas ou como fraudadores de um modo de vida ecológico.

Neste âmbito, problematizar a definição de padrões como o assimilacionismo permite compreender como são elaboradas estratégias discursivas veiculadas pela mídia impressa. Ao utilizar os jornais como fontes históricas no ensino de história deve-se sempre pensa-las como “espaços que favoreçam o reconhecimento da diversidade e uma convivência respeitosa baseada no diálogo entre os diferentes atores sociopolíticos, oportunizando igualmente o acesso e a socialização dos múltiplos saberes” (SILVA, 2010, p. 46). Em oposição ao discurso de Paul Valentine, sobrevive o relato de Dee Brown sobre o massacre contra os Sioux em 1890: “Tentamos correr”, contou Louise Pele de Doninha: “mas eles nos alvejavam como se fôssemos búfalos. Sei que há alguns brancos bons, mas os soldados deviam ser maus, para disparar contra crianças e mulheres. Soldados índios não fariam isso contra crianças brancas” (BROWN, 1973, p. 285).

Referências bibliográficas

- BAITY, Elizabeth Chensly. **Americans Before Columbus**. New York: The Viking Press, 1951. Disponível em archive.org/ Acesso em 24 de Jan. de 2020.
- BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**: Uma história índia do Oeste americano. Tradução Geraldo Galvão Ferraz. São Paulo: Edições melhoramentos, 1973.
- DELORIA, Veine. **Red earth, white lies**: Native Americans and the myth of scientific fact. New York: Scribner, 1997.
- ESCOBAR, Arturo. Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra: La diferencia de Abya Yala/Afro/Latino-América. **Intervenciones en estudios culturales**, 2016, (3): 117-134 / 117
- GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*. **Tempo brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82.
- SHIVA, Vandana. O mundo no limite. *In*. GIDDENS, Anthony; HUTTON, Will (Orgs.). **No limite da racionalidade**. Tradução Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, Maria da Penha da. A temática indígena no currículo escolar à luz da Lei 11.645/2008. **Cadernos de pesquisa**, São Luís, UFMA, v.17, n.2, p.39-47, maio-ago. 2010.

VALENTINE, Paul. Hollywood's Noble Indians are we dancing with mits? **The Washington Post**. Washington. 31 de Jun. 1991a. In. <https://www.washingtonpost.com/> Acesso em 02/12/2020.

VALENTINE, Paul. Nova visão do índio hollywoodiano - outro mito? **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano VII, n. 465, 8 de jun. 1991. Cultura.